

HABEAS CORPUS Nº 548.754 - PE (2019/0357647-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WAGNER DOMINGOS DO MONTE
ADVOGADO : WAGNER DOMINGOS DO MONTE - PE028519
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : PAULO JOSE DORNELAS MACIEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de PAULO JOSE DORNELAS MACIEL, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no (*Habeas Corpus* n. 0004263-66.2019.8.17.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito de homicídio qualificado (arts. 121, § 2º, IV e V, do Código Penal).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJPE pretendendo a revogação da prisão preventiva do paciente pela não comprovação da autoria, quanto pela ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça, nos termos da ementa:

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECRETO PREVENTIVO FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PERICULOSIDADE DO PACIENTE DENOTADA PELO MODO DE AGIR. TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.

Agora a defesa interpõe o presente *mandamus* sustentando que não há fundamento idôneo para a manutenção do cárcere preventivo do paciente. Assegura o excesso de prazo injustificado de prazo para o qual a defesa não concorreu.

Pleiteia, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão do paciente ou a revogação, determinando-se a expedição de alvará de soltura a seu favor.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator